



Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente
Fundação Apolônio Salles



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





CURSO

SUPERVISÃO TÉCNICA ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL SAICA

Facilitadora: Cyntia Medeiros



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





A SUPERVISÃO

Entende-se por Supervisão Técnica no SUAS um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, às suas práticas profissionais, às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial.

**RESOLUÇÃO N°06 DE 13 DE ABRIL DE 2016
(CNAS)**



Objetivo Geral

A Supervisão Técnica tem por objetivo geral fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS e elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, contribuindo para a ressignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos.

RESOLUÇÃO N°06 DE 13 DE ABRIL DE 2016 (CNAS)



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Objetivo Geral

Mobilizar as equipes estaduais que compõem a SDSCJ, na perspectiva de reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, às suas práticas profissionais, ao cuidado e a atenção psicossocial, gerenciando o estresse e o bem estar, configurando na ótica institucional e intersetorial; fornecendo apoio e subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores da SDSCJ.

PLANO DE SUPERVISÃO TÉCNICA





“Para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e aos adolescentes, os serviços de acolhimento deverão elaborar um Projeto Político Pedagógico (PPP), que deve orientar a proposta de funcionamento do serviço como um todo, tanto no que se refere ao seu funcionamento interno, quanto seu relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade.

Sua elaboração é uma tarefa que deve ser realizada coletivamente, de modo a envolver toda a equipe do serviço, as crianças, adolescentes e suas famílias. Após a elaboração, o Projeto deve ser implantado, sendo avaliado a aprimorado a partir da prática do dia a dia”
(Brasil. MDS, 2009: 49).



PROJETO - porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período;

POLÍTICO - porque implica em participação, decisões, escolhas, tomadas de posição, levando em consideração princípios e valores implícitos e explícitos.

PEDAGÓGICO - porque possui uma metodologia, uma concepção de formação, de ensinar e aprender



DIMENSÕES OU PRINCÍPIOS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP

1. Projeto coletivo;
2. Lugar de escuta e possibilidade de conhecer cada pessoa;
3. Lugar de acolhimento;
4. Lugar de convívio para se relacionar e se tornar independente;
5. Provisoriedade e projeto de vida;
6. Lugar de reconstrução da história de crianças e adolescentes;
7. Rotina, um ritual;
8. O cuidado consigo próprio. O direito de ser e pertencer;
9. As crianças entre si e o encontro entre educadores e crianças.
Pensar e decidir;





DIMENSÕES OU PRINCÍPIOS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP

10. O direito de sonhar e desejar;
11. A motivação para a vida. Os serviços de acolhimento não podem ser o lugar da falta e da solidão;
12. As diversas formas de representação e linguagem;
13. O espaço físico revela uma proposta educativa – Construindo o espaço;
14. Formas de construção de si próprio no tempo;
15. O desafio da convivência comunitária;
16. Um olhar especial para os irmãos.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO – PPP

É a partir dele que as ações, atividades, fluxos, metas e atividades são materializados

É uma proposta de mudança consciente e intencional. Sem ela, os objetivos dos serviços de acolhimento podem não se realizar e os resultados podem ser desastrosos: crianças e jovens saindo para o mundo despreparados, dependentes e enfraquecidos.



INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

QUANDO VOCÊ CONHECEU O PPP DA SUA UNIDADE?

QUANDO VOCÊ CONSULTA O PPP DA SUA UNIDADE? QUAL FREQUÊNCIA?

OQUE VOCÊ CONHECE SOBRE O PPD DA UNIDADE EM QUE TRABALHA?



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO





OFICINA

Atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança/adolescente durante o período de acolhimento



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



EM QUAL MOMENTO SE DÁ O ACOLHIMENTO





MOMENTO DA CHEGADA

TRANSIÇÃO

REVOLTA

REJEIÇÃO

AFASTAMENTO

INSEGURANÇA

AGRESSIVIDADE

RAIVA

CHORO

RUPTURA

MEDO

PUNIÇÃO

SILÊNCIO

SOFRIMENTO

SOLIDÃO

INCERTEZA



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



ROMPIMENTO



ADAPTAÇÃO

TRANSIÇÃO

REVOLTA REJEIÇÃO
AFASTAMENTO
INSEGURANÇA
AGRESSIVIDADE RAIVA
CHORO RUPTURA
MEDO PUNIÇÃO
SOFRIMENTO SILÊNCIO
SOLIDÃO

INCERTEZA

Formação de vínculos
(fig. Cuidado);
Confiança;
Segurança;
Proteção;
Empatia;
Afeto;
Orientação/
informação;

A não – adaptação faz parte de um processo de luto e significa uma “reação” a tudo que ela está vivendo e um possível desejo de ter de volta tudo que ela tinha antes, tudo que era conhecido.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



“Chegando no abrigo para mim foi meio difícil. Eu não conversava com ninguém (...) Em sempre esperei as pessoas virem falar comigo. Nunca fui atrás, tanto é que eu nunca tive tanta amizade assim, eu ficava no meu canto, entendeu? (...) Então, no abrigo foi meio difícil porque eu era meio fechada e não conversava com ninguém. Fazia as coisas que eu devia fazer e não conversava com ninguém. Ficava no meu canto e as tias achavam que eu era metida, chata, essas coisas.”

Relato de Adriana

ARRUDA, Izabel Campos. O cotidiano do abrigo para crianças e adolescentes : uma simplicidade complexa. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2006.



Você já pensou que o abrigo pode ser a primeira relação
segura
e positiva dessa criança?



RESSIGNIFICAR

Quando a criança aprende que isso é possível, numa próxima relação ela pode buscar essa segurança.



Apesar de observarmos que muitas vezes cuidador e criança se ligam de forma intensa devido a características pessoais e iniciativas do próprio cuidador, no Brasil ainda é difundida a ideia de que se há uma separação prevista, como nos casos de guarda temporária, é melhor não se vincular emocionalmente às crianças.



ELEMENTOS NORTEADORES

1. ACOLHER A CRIANÇA E SUA HISTÓRIA – ESCUTA E OBSERVAÇÃO;
2. TRATAMENTO RESPEITOSO E AFETUOSO;
3. APRESENTAR ESPAÇO E CUIDADOR DE REFERÊNCIA;
4. ESPAÇO PRIVADO;
5. REGRAS DE CONVIVÊNCIA;
6. LEVANTAR INFORMAÇÕES;
7. CONTATO COM A FIGURA DE CUIDADO DO ACOLHIDO;
8. ESTABELECEER FLUXOS;
9. INÍCIO IMEDIATO DAS ATIVIDADES DA EQUIPE TÉCNICA;
10. PROXIMIDADE DA EQUIPE TÉCNICA COM A CRIANÇA E COM A FAMÍLIA FAVORECENDO A ESCUTA E ESTABELECENDO UMA RELAÇÃO DE PARCERIA, QUANDO POSSÍVEL;
11. REGISTROS.



ELEMENTOS DE PROTEÇÃO

Preparar o ambiente e aqueles que já se encontram acolhidos para a chegada do novo colega.

Espaço físico destinado à acolhida inicial daqueles que estão chegando, adequado, inclusive, para a acomodação daqueles que chegarem durante o período noturno;

FLUXOS DE COMUNICAÇÃO EFICIENTES



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





ELEMENTOS DE PROTEÇÃO

Preparar o ambiente e aqueles que já se encontram acolhidos para a chegada do novo colega.

Muitas vezes, o acolhimento começa antes de chegar ao serviço. No abrigo institucional, por exemplo, as crianças e os adolescentes podem ser conhecidos na casa de passagem ou no lugar de onde vêm. O educador, junto com uma criança que está acolhida na instituição, visita o novo morador, fazendo o primeiro contato. No serviço, adultos e crianças se preparam para recebê-lo, reorganizam a casa reservando um lugar específico para ele. Assim, desde a chegada, esse novo membro é valorizado na sua singularidade e integrado no novo espaço.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





* Este é o momento que eu considero um dos pontos altos do nosso projeto. Ir buscar o novo morador, saber da sua história, contar como é a casa, fazendo com que ele se prepare para vir. E nós também nos preparamos para recebê-lo. Ele já se liga no educador e na criança que foi buscá-lo e os têm como referência. É importante também nós nos prepararmos para receber quem chega. Abrir espaço interno para mais um no grupo. Cada um que chega muda a organização da casa que tem que se adaptar a ele. Não é fácil, mas já estamos ganhando flexibilidade para isto. (Depoimento de um educador)



Acolhida afetuosa e segura, capazes de compreender as manifestações da criança ou adolescente no momento de chegada

- Falas das crianças como contexto promotor de desenvolvimento. O educador deve se conscientizar de que cada atitude sua é um recado que manda ao inconsciente da criança e do adolescente a que atende.
- A presença educativa também é feita de silêncios, pois nem sempre é possível para a criança expressar em palavras seus sentimentos e vivências. Estar presente é demonstrar para a criança ou para o adolescente que ele ou ela têm com quem contar se precisarem de ajuda. O sistema de abrigo provoca uma ruptura de laços e lugares conhecidos que, muitas vezes, deixaram marcas doloridas de sofrimento e solidão. Um educador presente é a garantia de que de modo algum a criança ou o adolescente serão abandonados novamente.



ESCUA – FORMAÇÃO DE VÍNCULO

- PERMITIR O DIÁLOGO;
- POSSIBILITAR A LIVRE EXPRESSÃO;
- RESPEITAR O TEMPO;

A construção afetiva nas relações internas desses serviços provoca aconchego, proteção, intimidade. Mas simultaneamente existe a necessidade de provocar a autonomia e a independência das crianças e dos adolescentes acolhidos, respeitando as características de cada faixa etária. Desde bebê procura-se dar à criança aconchego e provocar independência, favorecer a ampliação de suas relações, enriquecer suas experiências.



A garantia do direito ao respeito supõe a capacidade de ouvir a criança ou o jovem, entendendo seus receios, suas fantasias e seus medos e acreditando em sua competência e capacidade de desenvolvimento. Significa ajudá-los a reconstruir laços e caminhos no percurso de sua individualização e socialização.



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



O abrigo precisa ser um ambiente que preserve, resgate e possibilite às crianças e aos adolescentes encontrar-se com a própria história, entender suas dificuldades e acreditar em sua capacidade de construir um novo projeto de vida, com mais atuação e autonomia.

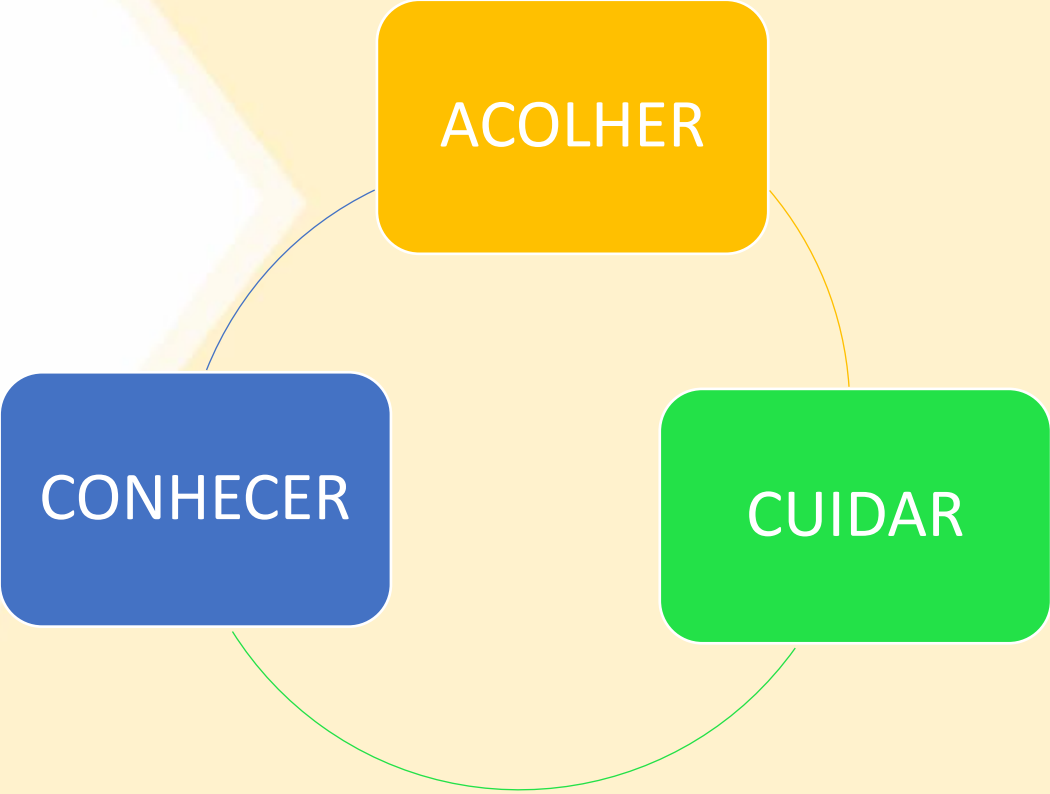
Quando os educadores constroem relações de respeito e compromisso com as crianças e os adolescentes, começam a consolidar o abrigo como espaço de proteção, acolhimento e resgate de vínculos e, portanto, como uma comunidade de socioeducação e de cuidado.



O respeito à individualidade dos abrigados deve traduzir-se em atitude de compreensão de suas particularidades, seus limites e suas potencialidades, na facilitação de condições que promovam seu desenvolvimento integral e no apoio nos momentos em que a criança apresente dificuldades e crises



Todas as ações das crianças e dos adolescentes são oportunidades de expressão de si e de reconhecimento. Eles precisam ser cuidadosamente ouvidos e acompanhados para que se possa construir com eles um projeto de atendimento. Acolher seu jeito de ser, perceber o que trazem, sempre de forma muito positiva, faz parte do acolhimento na instituição. Esta mesma atitude de acolhida permanece durante toda a estada desse novo membro nos serviços de acolhimento





CONSEQUÊNCIAS E RUPTURAS

"Eu não sei ser filho"

Após ganhar uma família aos 18 anos, ele não se adaptou e abandonou o lar para voltar a viver sozinho.



https://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.1276195.1460387829!/index.html



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Dificuldades de adaptação



Dificuldades colocadas para a formação de novos laços de natureza afetiva



Ruptura dos vínculos com a família de origem



Dificuldades para o reconhecimento efetivo da convivência familiar como um direito fundamental



1. Chegada da Criança/Adolescente

Encaminhadas pelo poder Judiciário ou nos casos de emergência pelo Ministério Público ou Conselho Tutelar.

A acolhida será caracterizada pela escuta das crianças ou adolescentes bem como pelo responsável pelo acolhimento, identificando dados pertinentes da história de vida, para em seguida inseri-los no contexto institucional, ou seja, apresentação do espaço aos acolhidos e dinâmica institucional.

Casa da Madalena



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



- **Primeira Etapa - Acolhida**

Na maioria das vezes os acolhidos desconhecem o motivo pelo qual foram afastados do convívio familiar, o que pode levá-los a encarar a medida como uma espécie de punição e despertar sentimentos de insegurança, rejeição, agressividade, revolta, abandono e outros. Diante disso, deve-se dar especial atenção ao momento da acolhida o qual deve ser um tratamento respeitoso e afetuoso caracterizado pela escuta das crianças ou adolescentes, bem como do responsável pelo acolhimento, procurando identificar as necessidades pessoais daqueles, colhendo todos os dados possíveis, inclusive quanto a existência de documentos (registros, cartões de vacina, transferências escolares entre outros). Logo após apresentá-los, o espaço físico, as crianças e adolescentes, os educadores. Se possível fazer um encaminhamento médico para uma avaliação.

CEAC - GARANHUNS



Os primeiros momentos no abrigo configuram um período emocionalmente difícil para a criança ou o adolescente; ele se depara com um novo ambiente, com pessoas desconhecidas e situações distintas das vividas em sua casa. Mesmo que pertença a um grupo de irmãos que viveu condições similares, sua experiência nunca é igual à dos outros, assim como sua compreensão da história e a forma como reage a ela. As manifestações nesses momentos são diversas: Chorar, desesperar-se, ficar apático, não ter reação, falar sem parar, falar de suas histórias, não falar nada, estranhar os adultos e as crianças, comer muito, perder o apetite, não conseguir dormir e, até, sentir-se à vontade(...) A passagem desse momento de mudanças e novidades, de ruptura e descontinuidade em relação a sua vida passada traz muitas dúvidas e angústias, pois fica evidenciado para a criança e o adolescente que sua vida mudou: Que lugar é esse? Até quando vou ficar aqui? E as minhas coisas? Meus amigos? Minha Escola? Minha família? O que vai acontecer comigo! O que sou eu aqui? Como me comportar? (Série Abrigos em Movimento, Livro 1, p. 32).

CEAC-GUS

Avenida Frei Caneca, 65 – Heliópolis Garanhuns PE
Fone/Fax: (87) 3761-8566

CEAC - GARANHUNS



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



Etapa 1: Acesso e diagnóstico inicial

Ação 1.1: Acolher crianças/adolescentes priorizando a afetividade na construção de relações de confiança e desenvolvimento do processo enquanto sujeito.

ATIVIDADES:

- 1.1.1. Recepcionar a criança/adolescente e conferir a documentação;
- 1.1.2. Atender as demandas emergenciais de saúde, alimentação, higiene e educação;
- 1.1.3. Apresentar a instituição, os profissionais, e os demais acolhidos utilizando a linguagem acessível que favoreça o diálogo junto as crianças, e famílias;
- 1.1.4. Apresentar a rotina da Casa para que conheça e opine, considerando o grau de desenvolvimento de cada criança e adolescente;
- 1.1.5. Realiza a 1ª visita domiciliar, imediatamente o acolhimento da criança/adolescente.

LAR ESPERANÇA



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Ação 1.2: Identificar as necessidades individuais e familiares específicas dos(as) acolhidos(as).

ATIVIDADES:

- 1.2.1. Realizar escuta qualificada da criança/adolescente, com privacidade e segurança;
- 1.2.2. Garantir o espaço de escuta familiar qualificada, com privacidade e segurança;
- 1.2.3. Iniciar o preenchimento do Plano Individual de Atendimento – PIA;
- 1.2.4. Realizar investigação social junto aos órgãos da rede de proteção, de modo a identificar o histórico de atendimentos da criança e família.

LAR ESPERANÇA



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





Ação 1.3: Encaminhar a rede no âmbito das políticas públicas no sentido de atender as necessidades dos acolhidos e familiares.

ATIVIDADES:

1.3.1. Comunicar a situação de risco das crianças/adolescentes e famílias para as instituições que compõem a rede de garantia de direitos;

1.3.2. Identificar as ofertas da rede para garantir o suprimento de necessidades diagnosticadas no processo de acolhimento, realizando os encaminhamentos necessários, com base na lógica de referência e contra-referência.

Ação 1.4: Realizar estudo diagnóstico social.

ATIVIDADES:

1.4.1. Consolidar os dados obtidos no processo de acolhimento produzindo informação que subsidie a avaliação sobre a necessidade do acolhido;

1.4.2. Elaborar relatório circunstancial no sentido de encaminhar informações sobre o acolhido.



- **Acolhida:** Realizada pelos educadores (Gestora, Auxiliar Administrativo, Educadores Sociais e Equipe Interdisciplinar), que recepcionarão a criança/adolescente de forma individualizada e acolhedora.
- **Escuta das crianças/adolescentes e de suas famílias:** Realizada pelos técnicos, educadores sociais e gestora, com o intuito de promover um espaço de fala e expressão dos sentimentos, anseios e necessidades, para a administração dos conflitos emocionais.

Vovó Geralda



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE



ATIVIDADE – SUPERVISÃO TÉCNICA SAICA

Oficina: Atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança/adolescente durante o período de acolhimento

Atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança/adolescente durante o período de acolhimento				
Elementos que compõem uma atitude receptiva	Desafios/ entraves	Consequências dos desafios	Proposta para superar o entrave	Conquistas



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
F A D U R P E



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA





“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire



Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
Secretaria Executiva de Assistência Social
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

www.sigas.pe.gov.br
E-mail: capacitasuas.pe@sdscj.pe.gov.br
Telefone: 81 3183 0715

Fundação Apolônio Salles
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

E-mail: capacitasuas.ufrpe@ufrpe.br



Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

